

CPI começa com promessa de firmeza na investigação

Eleito presidente da comissão que investigará Judiciário, Ramez Tebet afirma que a intenção não é criar conflito entre os poderes, mas agir em defesa da cidadania. Vice-presidente é Carlos Wilson e relator, Paulo Souto



Acima, a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que irá apurar denúncias de irregularidades praticadas por membros do Poder Judiciário. Na foto ao lado, os senadores Carlos Wilson, Ramez Tebet e Paulo Souto — respectivamente, vice-presidente, presidente e relator da CPI

Foi instalada ontem a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará irregularidades no Judiciário. O senador Ramez Tebet, escolhido presidente da CPI, diz que ela trabalhará com firmeza. Mas não afetará a independência dos poderes nem se transformará numa instância de inquisição. Para Tebet, “defender a cidadania” é a razão de ser da comissão, que, no seu entender, deve contribuir para a reforma do Poder Judiciário. Para o senador José Eduardo Dutra, um dos representantes do Bloco Oposição na CPI, se isso acontecer, a comissão “já terá cumprido um importante papel”.

O líder do PMDB, Jader Barbalho, propõe que o Senado instale na próxima quarta a CPI do Sistema Financeiro.

PÁGINAS 2 A 4

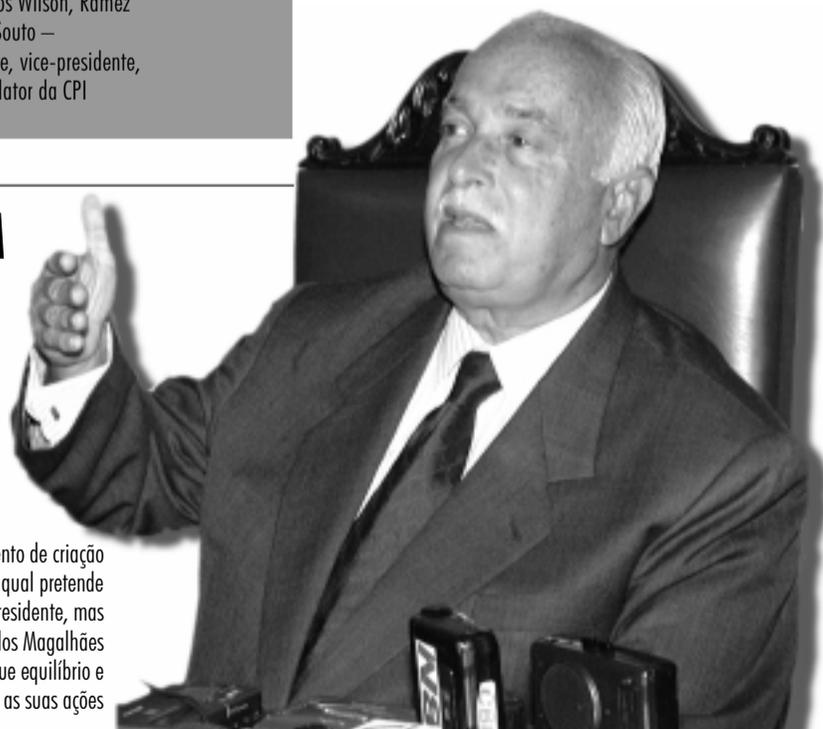
Objetivo é fazer cumprir a lei, explica ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não tem dúvidas de que a CPI do Judiciário contribuirá para engrandecer o Poder Legislativo “aos olhos do Brasil”. Convencido de que os problemas hoje existentes na esfera do Judiciário são “dos mais importantes da vida nacional”, ele diz que a comissão trabalhará “com equilíbrio,

mas com energia, fazendo cumprir a lei, que, acima de tudo, é o que nos governa”.

Antonio Carlos elogiou o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, que defendeu a presença na CPI dos juizes por ela convocados. E enfatizou a confiança demonstrada pela sociedade nos resultados da investigação.

Autor do requerimento de criação da CPI, com a qual pretende colaborar “não como presidente, mas como senador”, Antonio Carlos Magalhães espera que equilíbrio e energia pautem as suas ações



Jader quer iniciar investigação do sistema financeiro na quarta-feira

Líder do PMDB afirma que o desejo da bancada é “esclarecer todos os fatos” e adianta que relator apresentará roteiro prévio dos trabalhos já na reunião de instalação



Para Jader Barbalho, “o que prejudica a imagem brasileira é a suspeição provocada pelos escândalos”

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), líder do PMDB, anunciou ontem que pretende propor para a próxima quarta-feira a instalação da CPI destinada a apurar irregularidades envolvendo o sistema financeiro. Ele acrescentou que na ocasião o relator já deverá apresentar um roteiro prévio para os trabalhos.

Jader garantiu que o PMDB trabalhará para levar as investigações a fundo.

– Ninguém se iluda. A orientação da bancada é esclarecer todos os fatos trazidos a público – afirmou.

O senador considerou positiva

a atitude do Banco Central, que anunciou estar se preparando antecipadamente para responder aos questionamentos da CPI. “Se o governo e as instituições públicas e privadas esclarecerem as questões, ótimo. Se não, que se preparem para ser questionados publicamente”, comentou. Para ele, não deve haver qualquer preocupação do governo com relação a prejuízos da imagem externa do Brasil em decorrência de investigações da CPI dos Bancos. “O que prejudica a imagem brasileira é a suspeição provocada pelos escândalos”, disse.

Pedido de comissão mista arquivado por falta de assinaturas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, determinou ontem o arquivamento de pedido de constituição de CPI mista para investigar o sistema financeiro, apresentado pelas lideranças da oposição, por não ter sido alcançado o número mínimo de assinaturas exigido pela Constituição.

Em seu despacho, o senador informou ter encaminhado o requerimento imediatamente à Secretaria Geral da Mesa, para as providências indispensáveis à leitura e publicação. Entretanto, recebeu a seguir comunicações de sete senadores e seis deputados, esclarecendo que haviam assinado apenas em caráter de apoio, o que não equivale à subscrição, de acordo com o artigo 243 do Regimento Interno do Senado.

– Diante disso, não havia mais o pedido, que ficou descharacterizado por falta de assi-



Antonio Carlos (ao lado de Jefferson Péres) explica que o pedido de CPI mista ficou descharacterizado por falta do número mínimo de assinaturas

naturas – explicou.

Procurado para comentar o episódio, Antonio Carlos reagiu com veemência à acusação de que teria havido pressão para retirada de assinaturas, e afastou a hipótese da existência de dissensão na base

de apoio do governo:

– Pelo contrário, tenho sentido que a oposição não está conseguindo seu objetivo. Se houvesse esse acordo do PSDB com a oposição, haveria a CPI mista – observou.

O senador desmentiu haver diver-

gência entre ele e o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, e disse que a imprensa divulgou versão distorcida de uma brincadeira que havia feito, “simpática a qualquer parlamentar”, na qual se referia ao deputado.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

▶ 14h30 - Seminário “Visão Geral do Senado Federal”, realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro, destinado aos servidores que acabam de ingressar na Casa. Programa: Plenário, Comissões e Secretaria Geral da Mesa: Estrutura, Finalidade e Funcionamento. Palestrante: Raimundo Carreiro - secretário-geral da Mesa. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (12.4.99)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (13.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimentos nº 107/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 16 e 23/99, por versarem sobre a criação de escola agrotécnica federal em Rorainópolis (RR); e *nº 108/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 17 e 46/99, por versarem sobre criação de escola agrotécnica federal em Normandia (RR).

Quarta-feira (14.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimentos nº 109/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 20 e 25/99, sobre criação de escola agrotécnica federal em Bonfim (RR); e nº 110/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei nºs 19 e 24/99, sobre criação de escola agrotécnica federal em Pacaraima (RR).

Quinta-feira (15.4.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimentos nº 111/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 21 e 52/99, sobre a criação de escola agrotécnica federal no município de Caroebe (RR); e *nº 112/99, da senadora Emília Fernandes, solicitando que sobre o PLS nº 123/99, de autoria do senador Carlos Patrocínio, que torna obrigatório dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sexta-feira (16.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (13.4.99)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PDL nº 12/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24/10/91, entre o Brasil e a Alemanha; *PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; *PLS nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9/9/97; *PLS nº 100/99, altera o Decreto-Lei nº 791, de 27/8/69, que dispõe sobre isenção do pagamento de pedágio para veículos adaptados para motoristas portadores de deficiência física; *PLS nº 9/99, que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional; *Ofício nº 5/99, que encaminha parecer do Banco Central acerca da operação de crédito entre a União e o estado do Amazonas, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; e *PDL nº 6/99, que disciplina limites de despesas com pessoal.

Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI do Judiciário é instalada e promete firmeza

Comissão será presidida por Ramez Tebet, tendo Carlos Wilson como vice e Paulo Souto como relator. "Não se deve ter receio de conflito entre poderes", afirma o presidente



Comissão instalada ontem terá prazo de quatro meses para apresentar suas conclusões. Integrantes prometem "investigar a fundo"

Para Maguito, Senado não pode deixar de fiscalizar

A fiscalização da administração pública é uma das funções das quais o Senado não pode abrir mão, afirmou ontem o senador

Maguito Vilela (PMDB-GO), durante a reunião de instalação da CPI do Judiciário. Para ele, se não cumprir esse papel a Casa estará correndo o risco de ser recriminada pela sociedade:

– É importante a independência dos poderes, mas Executivo, Legislativo e Judiciário devem agir sempre com responsabilidade. Se não cumprirmos nossa obrigação de fiscalizar, estaremos mal com a sociedade – afirmou. Maguito fez questão de frisar que a CPI não tem a incumbência de julgar ninguém, mas sim detectar os fatos suspeitos e analisá-los.

Primeira reunião será na quarta-feira

Na próxima quarta-feira, às 18 horas, a CPI reúne-se para discutir o roteiro de trabalho preparado pelo relator. Mesmo não tendo afastado a possibilidade de convocação de juizes nas primeiras reuniões da comissão, o senador Paulo Souto informou que a prioridade será a análise dos fatos que constam do requerimento apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e que deu origem à CPI:

– Não concordo com essa ansie-

dade com relação à convocação de magistrados. Primeiro vamos analisar os fatos e depois ver as pessoas que serão convocadas – explicou o relator.

O vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson, também afastou qualquer possibilidade de conflito entre os poderes no decorrer das investigações. Ele afirmou que o início dos trabalhos da comissão já indica que ela será pautada pelo bom senso:

– A CPI não será um *show*

pirotécnico. Temos a responsabilidade de servir ao país e de apresentar uma proposta de reforma que melhore os serviços prestados pela Justiça à sociedade – comentou.

Carlos Wilson anunciou que os trabalhos da comissão deverão concentrar-se às terças, quartas e quintas-feiras, após as 18 horas. Ele ressaltou, no entanto, que, havendo necessidade, os senadores poderão trabalhar inclusive durante os fins de semana.

ACM: trabalho com equilíbrio e energia

A CPI que vai investigar denúncias de irregularidades no Poder Judiciário trabalhará "com equilíbrio, mas com energia, fazendo cumprir a lei, que acima de tudo é o que nos governa", afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, durante a reunião de instalação da comissão. Antonio Carlos disse que pretende colaborar com os trabalhos da CPI:

– Considero esse assunto como um dos mais importantes da vida nacional. Espero freqüentar as reuniões da CPI, não como presidente do Senado, mas como senador, para colaborar com os trabalhos – afirmou.

Antonio Carlos Magalhães elogiou a postura do presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, que defendeu a presença de magistrados na comissão, caso se-

jam convocados:

– O presidente do Supremo tem sido um constante colaborador da Justiça e entende que o Judiciário não é intocável, podendo ser investigado por uma CPI, obviamente dentro da lei – observou o presidente do Senado.

Antonio Carlos elogiou a escolha do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) para presidir a comissão, lembrando que Tebet é advogado e atuou no Ministério Público. Ele disse que a presença de Tebet e dos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), como vice-presidente, e Paulo Souto (PFL-BA), como relator, é garantia de que a CPI trabalhará com equilíbrio:

– Devemos apurar os fatos existentes e determinados e aqueles afins, conforme jurisprudência já

existente, e fazê-lo sem qualquer preconceito de ferir esta ou aquela pessoa e muito menos o Judiciário, mas com coragem e determinação – afirmou.

O presidente do Senado comentou que fez tudo o que podia para que a CPI se realizasse, o que aconteceu "graças aos entendimentos com os líderes e em particular com o líder do PMDB, Jader Barbalho". E acrescentou que a partir de agora será "um colaborador".

Antonio Carlos comentou pesquisa do Instituto Vox Populi, segundo a qual 87% das pessoas que sabem da CPI confiam na atuação do Legislativo. Para ele, os dados comprovam que o Senado sairá do episódio "engrandecido aos olhos do Brasil no exercício de seus deveres".

dente da CPI.

Ramez Tebet garantiu que os trabalhos da CPI não trarão qualquer risco à harmonia entre os poderes:

– Não se deve ter receio de conflito entre os poderes. Esta comissão existe para defender a cidadania. A mais bela construção da democracia é a independência entre os poderes, que devem cumprir as suas funções.

O senador disse ver nas investigações sobre o Judiciário um primeiro passo rumo à reforma desse poder:

– A sociedade passa por transformações e exige a reforma das instituições. Eleições livres são importantes para o Estado democrático, mas juizes livres e limpos sem se sobreporem à lei também são fundamentais – frisou.

Cinco denúncias de corrupção e nepotismo

No requerimento de criação da CPI do Judiciário, que recebeu a assinatura de 54 dos 81 senadores, Antonio Carlos

Magalhães lista cinco denúncias de irregularidades praticadas por integrantes de tribunais superiores, tribunais regionais e tribunais de Justiça. Estas são as denúncias:

- 1) Licitação e contratação de obras e serviços sem observância de normas legais, tais como a construção do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento da cidade de São Paulo.
- 2) Emprego irregular de recursos públicos, a exemplo do ocorrido no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.
- 3) Nepotismo e nomeações irregulares, como ocorrido nos tribunais regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão.
- 4) Corrupção passiva e concussão praticadas por magistrados, a exemplo do ocorrido na Justiça estadual de São Paulo.
- 5) Casos de vultosas indenizações calculadas com o intuito de lesar o erário.

Dutra acha que CPI pode iniciar reforma da Justiça

Senador do PT, integrante da comissão de inquérito, garante que Bloco Oposição vai cumprir suas obrigações



Para José Eduardo Dutra, se relatório apontar caminho para reformulação do Judiciário, já terá cumprido sua missão

O fato de o Bloco Oposição não ter assinado o requerimento para instalação da CPI do Judiciário não constitui, na opinião do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), empecilho para que os parlamentares opositoristas trabalhem pelo bom andamento dos trabalhos da comissão. "O bloco vai cumprir suas obrigações constitucionais e regimentais", disse. O senador, que representa as oposições na CPI junto com o senador Jefferson Péres

(PDT-AM), espera que o relatório final subsidie a reforma do Judiciário:

– Se o trabalho da CPI apontar para a reforma, ela já terá cumprido um importante papel – frisou.

Dutra afirmou ontem, durante a reunião de instalação da CPI, que ainda está preocupado com possíveis problemas nas relações entre os poderes. Ele aguarda a definição do plano de trabalho da comissão, onde espera ver identificados os limites da CPI e "as barreiras constitucionais" que deverão ser respeitadas. O senador solicitou à presidência da comissão a distribuição aos senadores de cópias do requerimento que originou a CPI e dos documentos que consubstanciam as denúncias.



Senador explicou que não integra CPIs porque não foi indicado pelo líder do partido

Requião estranha a postura do PMDB

Ao explicar ontem que não participará das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro porque não foi indicado pelo líder do seu partido, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) estranhou que uma legenda da base governista, como o PMDB, requeira uma investigação que atinge o governo. Para ele, a CPI do Sistema Financeiro "é a CPI do Banco Central, é a CPI do ministro da Fazenda, é a CPI do governo inteiro, inclusive dela não poderá ser excluído o presidente da República".

O senador começou dando uma explicação aos eleitores que telefonam para saber por que ele não participará dessas duas comissões de inquérito: "Não fui indicado pelo líder da minha bancada, e quero deixar claro que sequer fui consultado sobre a constituição da representação do PMDB nas duas CPIs. O PMDB, pelo menos no que se refere a mim, fez as indicações ao alvitre do líder, que avocou a si, de forma não democrática, a responsabilidade das indicações".

Em seguida, Requião fez considerações teóricas sobre a CPI do Sistema Financeiro. Ele observou que CPI é um instrumento de fiscalização de quem está na oposição. "Um partido no governo não requer CPI para o poder que sustenta, que é o Executivo. Um partido no governo convoca os responsáveis, dirige-se ao presidente da República e exige explicações. Se as explicações não forem satisfatórias, o partido no governo deixa de ser governo e subscreve uma CPI para investigar aquilo que, enquanto governo, deixou de investigar", sustentou o parlamentar.

Como exemplo de CPI corretamente requerida ele apontou a do Judiciário, explicando que ela não compromete a participação do PFL ou do presidente

do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que a requereu. Isso porque investigará o sistema judiciário brasileiro, e não o Poder Executivo, que é apoiado pelo PFL. Requião disse que, se a CPI do Sistema Financeiro agir com seriedade, irá à raiz da venda de dólares para bancos que supostamente iriam quebrar. Ele considerou inacreditável que um partido requeira essa comissão de inquérito e anuncie pela imprensa que ela não arranhará o governo. "Então não é uma CPI, é uma brincadeira", afirmou.

A fim de colaborar com a CPI que investigará o sistema bancário, Requião ofereceu um roteiro informando que, em 1995, Arminio Fraga, então diretor de Relações Internacionais do Banco Central, "urdiu com a diretoria da época o famoso Anexo IV - um instrumento pelo qual fundos de investimentos situados em paraísos fiscais, sem confessarem a origem ou a titularidade dos recursos, poderiam aplicar no mercado brasileiro".

Requião disse que, recentemente, o Banco Central, sob a presidência de Arminio Fraga, liberou todos os impostos e taxas sobre investimentos externos de curto prazo, notadamente os oriundos de paraísos fiscais. Também lembrou que a CPI do Sistema Bancário surgiu em função da venda de dólares a preço baixo para salvar bancos que supostamente iriam quebrar.

O senador suspeita que dólares vendidos a R\$1,20 pelo Banco Central tenham sido reinvestidos no Brasil a R\$2,10 ou R\$2,20, no pico da valorização da moeda. Ele considera isso extremamente sério. Para Requião, essa é uma situação em que um presidente da República poderia receber o conselho que Fernando Henrique Cardoso deu a Raúl Cubas, do Paraguai: "Renuncie, para evitar tragédia maior".

ACM atribui denúncia na *Folha de S. Paulo* a interesses contrariados

Em entrevista coletiva à imprensa, em seu gabinete, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez questão de abordar a reportagem veiculada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, dando conta de que Antonio Carlos tem 11 parentes ocupando cargos públicos na Bahia. Ele associou o noticiário a "interesses incomodados de alguns setores da sociedade e de alguns jornalistas", por sua campanha de moralização da vida pública, que agora alcança também o Judiciário.

– Em toda minha vida eu nomeei apenas dois parentes para oficiais de gabinete. Um na prefeitura (de Salvador) e outro no meu segundo mandato no governo estadual, quando nomeei o acadêmico, na ocasião, Luís Eduardo. Daí porque eu digo que nepotismo é quando se abusa. Mas você ter uma pessoa de mérito em seu gabinete, que seja seu parente, eu não acho. Acho normal. Até por que um dos melhores homens públicos do Brasil, que foi o Luís Eduardo, foi meu oficial de gabinete. E talvez se não tivesse sido, não teria chegado onde chegou – acrescentou.

O senador disse que tem três

cargos vagos em seu gabinete pessoal e outros 15 postos vagos na presidência da Casa, e nem por isso nomeou qualquer parente. Antonio Carlos lembrou que pesquisas recentes lhe atribuem alto apoio da opinião pública e reafirmou sua disposição de prosseguir com a bandeira da moralização e melhoria dos serviços públicos, enfrentando "a guerra de todo tipo daqueles que se cevam na imoralidade".

Dentro dessa linha de preocupação e motivado pela decisão da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que criou um auxílio-moradia para todos os seus parlamentares, Antonio Carlos anunciou para breve uma revisão no conceito e nas verbas de auxílio-moradia atualmente praticadas no Congresso Nacional, visando a coibir sua utilização por parlamentares que tenham moradia própria em Brasília.

O presidente do Senado também esclareceu o caso da indicação do presidente e relator da comissão especial da Câmara que vai estudar a reforma do Judiciário, revelando que recebeu a sugestão do deputado Aécio Neves, líder do PSDB. Antonio Carlos apoiou a indicação do

deputado Aloysio Nunes Ferreira para a relatoria e Jairo Carneiro para a presidência da comissão. Ele aproveitou a ocasião para destacar as qualidades do senador Paulo Souto (PFL-BA), "que mostrará todo seu valor como relator da CPI do Judiciário".

Antonio Carlos elogiou, ainda, a postura do ministro Celso de Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal, que "fez uma colocação notável, anticorporativista". O magistrado ressaltou o papel que a comissão parlamentar de inquérito poderá ter no aprimoramento do Judiciário. "O ministro Celso de Mello vai entrar para a história do Supremo como ministro que não se curvou ao corporativismo", previu o senador.

A CPI do Sistema Financeiro, por outro lado, poderá ser instalada na próxima semana, dependendo apenas do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), revelou Antonio Carlos. Ele admitiu que poderá ser na quarta-feira e que poderá participar também de sua instalação, a exemplo do que fez nesta quinta-feira, quando da instalação da CPI do Judiciário.

Senado aprovou nove matérias nesta semana

A implantação de novas diretrizes para a educação ambiental e a autorização de empréstimo para a interligação de órgãos do Legislativo em todo o país estão entre os destaques do período, marcado ainda pela instalação da CPI do Judiciário

O plenário do Senado aprovou nove matérias nesta semana, entre elas a programação monetária do governo para o segundo trimestre do ano, e projeto instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, que estabelece como norma a inclusão de informações sobre defesa do equilíbrio ecológico nos conteúdos das matérias das escolas de todos os níveis.

Foram aprovadas ainda as indicações de quatro novos embaixadores do Brasil no exterior: Paulo Tarso Flecha de Lima, designado para a Itália; Sérgio Amaral, que representará o país junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Celso Amorim, que chefiará a delegação permanente em Genebra; e Gelson Fonseca Júnior, que chefiará a missão junto às Nações Unidas.

Também foi votado em plenário nesta semana projeto de resolução autorizando crédito de US\$ 25 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o Programa Interlegis – Rede de Integração Legislativa, executado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), e que visa a interligação de todas as casas le-

gislativas dos estados, municípios e Distrito Federal.

Outras decisões tomadas pelos senadores foram marcar para 5 de novembro a sessão solene de homenagem a Rui Barbosa, e autorizar a ratificação do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador, e de acordo assinado com a Hungria para o desenvolvimento da aviação internacional e aprimoramento dos serviços aéreos.

No âmbito das comissões, a semana registrou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, com a eleição do presidente, Ramez Tebet (PMDB-MS), do vice, Carlos Wilson (PSDB-PE), e do relator, Paulo Souto (PFL-BA).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) considerou inconstitucional projeto da Câmara propondo a utilização de parte de terras devolutas da União em projetos ambientais, que havia sido aprovado, quanto ao mérito, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A CAS ouviu, em audiência pública, esclarecimentos do secretário-executivo do programa Comunidade Solidária, Milton Seligman, sobre novas estratégias de combate à pobreza adotadas pela entidade.



O plenário do Senado acolheu também as indicações feitas pelo Poder Executivo de quatro novos embaixadores

Matérias apreciadas pelo Senado

de 5 a 8 de abril de 1999

Projetos aprovados e enviados à promulgação	3
Projetos aprovados e enviados à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Mensagens de escolha de chefes de missões diplomáticas	4
Total de matérias aprovadas	9

Quintanilha destaca seminário sobre reforma política

Ao longo desta semana, o vice-presidente Marco Maciel e os senadores Sérgio Machado (PSDB-CE) e Pedro Simon (PMDB-RS), entre outras lideranças, participaram de seminário sobre reforma política promovido pela Fundação Milton Campos, presidida pelo ex-senador Jarbas Passarinho, segundo registrou



Leomar Quintanilha

ontem o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Em nome da liderança do PPB, ele salientou a oportunidade da iniciativa, observando que, na sua opinião, a matéria acabará por se transformar no centro das discussões parlamentares na Câmara e no Senado.

Estevão quer garantir defensoria pública

Projeto de lei estabelecendo que cada estado destine um determinado percentual ao custeio e manutenção de defensorias públicas será apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que anunciou ontem a medida como necessária para tornar o Poder Judiciário acessível aos cidadãos.

Na opinião do senador, tanto a União como os estados têm tratado essa questão com descaso. “Em boa hora, embora com retardo, a União está dando os primeiros passos para criar a Defensoria Pública Federal”, o que permitirá, a seu ver, que em futuro próximo os cidadãos possam buscar a defesa de seus direitos em todas as instâncias do Poder Judiciário, inclusive as su-



Luiz Estevão pretende estabelecer percentual de receita pública para defensorias

periores.

– O Judiciário não é apenas um poder, para o cidadão ele é um serviço – argumentou, dizendo que as críticas à inacessibilidade da Justiça ao cidadão comum não devem

ser atribuídas ao Judiciário, mas aos executivos e também aos legislativos, pois cabem a estes as garantias de custeio e a legislação necessária ao funcionamento dos órgãos judiciários.

Luiz Estevão referiu-se a sua experiência como deputado distrital de 1995 a 1998, quando prestava serviços jurídicos através de seu gabinete na assembléia do Distrito Federal, para salientar que a Constituição promulgada em 1988 passou a exigir a contratação de advogados mesmo para pequenas causas relativas aos direitos da cidadania. Como isso era impossível para milhares de brasileiros, ressaltou, seu gabinete exercia um papel que deveria ser de responsabilidade das defensorias públicas.

CAE analisa isenção de pedágio para deficientes

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), convocou reunião ordinária para a próxima terça-feira, às 10h, para a deliberação de matérias que incluem projeto de lei que concede isenção de pagamento de pedágio em rodovias federais para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física. A comissão se reunirá na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Incluem-se também na pauta o texto do Protocolo Adicional ao Acordo

de Cooperação Financeira, celebrado entre o governo brasileiro e a República Federal da Alemanha, assim como o projeto de lei que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações.

Outro projeto sujeito a votação é o que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. A pauta da reunião tem sete itens.



Fernando Bezerra convocou reunião ordinária da comissão para a próxima terça-feira

Proposta de extinção dos juízes classistas irá a plenário na próxima semana

Diante da denúncia feita pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) a propósito da tentativa de alterar seu voto na proposta de emenda constitucional (PEC) que extingue o cargo de juiz classista, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o plenário apreciará a matéria na próxima semana. "Não adianta protelar. Se a comissão não votar, vou trazer a proposta diretamente ao plenário", garantiu.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador José Agripino (PFL-RN),

informou que a votação está marcada "impreterivelmente" para a próxima quarta-feira. "Já tomei as providências necessárias para assegurar que o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), dê seu parecer, pensando a emenda da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) à proposta original. Depois de quatro anos de tramitação, essa PEC será finalmente votada no Senado", enfatizou.

ACM finalizou o debate afirmando ser essa votação mais um serviço que Agripino prestará à Casa e ao país.

ACM manda corregedoria investigar ação de França

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, determinou ontem que a Corregedoria do Senado investigue ação desenvolvida pelo ex-senador João França junto aos parlamentares da Casa, em defesa da manutenção dos juízes classistas. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) denunciou no plenário a "insinuação de compensações" feita pelo ex-senador, caso ele votasse a favor da manutenção desses juízes na Justiça do Trabalho.

Em entrevista coletiva à imprensa, em seu gabinete, Antonio Carlos fez questão de separar o tipo de abordagem feita pelo ex-

senador João França "da defesa legítima que um parlamentar faça dos juízes classistas, por convicção ideológica".

Se a investigação concluir que as abordagens do ex-senador caracterizam irregularidade, o presidente do Senado pretende encaminhar representação à autoridade competente, para instauração de inquérito.

Sem descartar por inteiro a possibilidade, que ficará na dependência do que for apurado, Antonio Carlos Magalhães em princípio não vê necessidade de enviar o caso à recém-instalada CPI do Judiciário.

Osmar denuncia pressão para modificar seu voto

Senador diz que ex-parlamentar o procurou "insinuando compensações" para que apoiasse a manutenção dos juízes classistas

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) denunciou ontem, em plenário, "uma intromissão insidiosa" em sua liberdade de votar contra a existência de juízes classistas. "Fui procurado pelo ex-senador João França, insinuando compensações caso mudasse meu voto, muitas vezes declarado, favorável à proposta de emenda constitucional que extingue o cargo de juiz classista. Não só repeli a tentativa, como resolvi denunciar publicamente a manobra", enfatizou, fazendo um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para colocar a PEC em votação imediatamente.

Osmar disse não saber quantos senadores foram vítimas dessa abordagem indevida do ex-parlamentar. "Não posso, não devo e não vou acei-

tar limitações ao meu mandato. Sempre fui contrário à existência desse tipo de juiz. Agora sou muito mais. Se 20 vezes uma proposta para sua extinção for submetida a voto, votarei contra. Se 100 vezes houver projeto nesse sentido, votarei contra. De nada adiantarão declarações dos classistas garantindo 'nada ter com isso'. Eles que se entendam com França", afirmou.

Além de garantir que a PEC será votada na próxima semana, ACM afirmou que o episódio será investigado pela corregedoria da Casa. "Por sua atuação parlamentar, Osmar Dias é um senador acima de qualquer suspeita. Não será qual-



Osmar Dias afirma que não aceita limitações ao seu mandato

quer um, sem critério e sem caráter, que manchará uma vida parlamentar pautada pela dignidade e respeito", frisou.

Sérgio Machado pede votação imediata da PEC

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), fez ontem um apelo para que o Senado aprove a proposta de emenda constitucional (PEC) que extingue o cargo de juiz classista na Justiça do Trabalho. Afirmando que a votação vem sendo adiada "há muito tempo", o senador pediu um esforço conjunto da presidência do Senado e das lideranças partidárias para viabilizar a votação imediata da matéria.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que o apelo de Sérgio Machado coincide com o interesse da Mesa, que já pediu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para colocar a proposta como item número um da pauta de sua próxima reunião.

Sérgio Machado informou aos senadores que na reunião da bancada do PSDB, na quarta-feira, foi defendida urgência para a votação da proposta.



Machado apela aos senadores para que aprove a extinção dos classistas

Emilia defende Justiça do Trabalho

A propósito das denúncias da imprensa sobre tentativa de compra de votos favoráveis aos juízes classistas, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) fez questão de esclarecer que sua posição favorável à representação classista e à Justiça do Trabalho em geral vem de longa data, é conhecida e nada tem a ver com interesses pessoais.

Conforme Emilia Fernandes, sua defesa decorre de convicções políticas. "A Justiça do Trabalho se refere à garantia dos direitos trabalhistas, da mediação dos conflitos entre empregados e patrões, através de mecanismos criados por Getúlio Vargas e defendidos até hoje dentro de meu par-

tido, o PDT. Por isso, não me canso de repetir essas posições", salientou.

A senadora garantiu que sua PEC, que está apensada à que extingue os juízes classistas, visa a aperfeiçoar a Justiça do Trabalho, "imprescindível para dirimir pendências dessa natureza". Afirmando que "a imprensa está empenhada numa campanha de desmoralização da Justiça do Trabalho, apontando os classistas como se eles fossem os culpados de todos os desmandos. A meu ver, eles agregam ao julgamento a criatividade da experiência prática, em contraposição à dos livros de Direito".



Emilia diz que sua posição favorável aos classistas é antiga e sem interesses pessoais

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Ginástica Natural
7h30 - Especial/Unip - Estrabismo - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Biodança
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 - Entrevista com o senador Juvêncio da Fonseca
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Diamantina(MG)
13h30 - Consulta Marcada - O ginecologista Adelinio Amaral Silva fala sobre a Síndrome Pré-Menstrual, também conhecida como Tensão Pré-Menstrual (TPM)
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 - Entrevista com o senador Juvêncio da Fonseca
19h - Debate - O psiquiatra José Outeiral e o pediatra Márcio Lisboa debatem sobre violência infanto-juvenil
20h - Cores do Brasil - Espírito Santo
20h30 - Entrevista com o senador Juvêncio da Fonseca
21h - Jornal do Senado

21h15 - Consulta Marcada - O ginecologista Adelinio Amaral Silva fala sobre a Síndrome Pré-Menstrual, também conhecida como Tensão Pré-Menstrual (TPM)
21h55 - Senado em Pauta
22h - Espaço Cultural - Jovens Concertistas
23h - Especial - Paranormalidade

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado. Em seguida - Música e informação
9h - Sessão Plenária (ao vivo). Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (Reprise). Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil". Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste" Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste". Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste". Em seguida - Música e informação

Hartung: combate à recessão deve ser feito sem dogmas

A mesma ousadia empregada na criação da URV, em 1994, e na flutuação do câmbio, em janeiro de 1999, deve ser aplicada no combate à recessão e na definição de uma política de crescimento nacional. Para tanto, sugeriu ontem o senador Paulo Hartung (PSDB-ES), "há que se libertar de alguns dos dogmas liberalizantes. Tão danosos quanto os sepultados dogmas estatizantes".

Sem reivindicar "políticas monetária e fiscal irresponsáveis, expansionistas a qualquer custo", o senador defendeu políticas compensatórias ao desemprego gerado pela recessão, com investimentos em saneamento básico, urbanização e transporte coletivo. Como explicou, esses são bens e serviços não-comercializáveis – "portanto, não há abertura comercial que possa suprir essas necessidades" –, vitais para a competitividade sistêmica do país e que, principalmente, "revestem-se de elevado efeito multiplicador de emprego e demanda doméstica".

ERROS

O financiamento dessas políticas antidesemprego poderia vir do FGTS, cuja disponibilidade de recursos para obras de urbanização e saneamento foi erroneamente suspensa, na opinião do senador, para quem investir com recursos do FGTS não tem impacto no déficit fiscal, a não ser do ponto de vista "meramente contábil".

Para Hartung, não se trata de voltar ao sistema autárquico de excessiva proteção tarifária e não-tarifária ao mercado doméstico nem de buscar culpados por erros cometidos no passado recente.

Trata-se, segundo ele, de "reconhecer a fragilidade do modelo de crescimento com poupança externa, que torna a economia vulnerável a qualquer mudança de conjuntura internacional" e de, a exemplo do que fazem os países desenvolvidos, "usar mecanismos efetivos de defesa do mercado interno contra práticas desleais de comércio".

– O maior perigo que corremos é achar que uma eventual melhoria do ambiente macroeconômico nos próximos meses sirva de justificativa para não se buscar mudanças no

modelo econômico adotado – alertou.

Esse modelo, baseado na sobrevalorização cambial, suscitou divergências desde a sua implantação em 1994 e, na opinião de Hartung, é também responsável pelos principais fatores da atual instabilidade econômico-financeira: o déficit em transações correntes, da ordem de 4,5% do PIB – enquanto, entre 1984 e 1993, a economia brasileira registrou superávits comerciais capazes de contrabalançar as transações correntes com o exterior – e o aumento da dívida líquida consolidada do setor público, de 28% do PIB em 1994 para 38,6% em julho de 1998.

OMISSÃO SINTOMÁTICA

O colapso das contas externas tornou inevitável o recurso ao FMI, afirmou o senador, mas o acordo firmado com o fundo limita-se às reformas no campo fiscal e à promessa de superávit comercial de US\$ 11 bilhões e de déficit em transações correntes de 3% do PIB, sem qualquer menção a uma estratégia de crescimento.

– Ou talvez, justamente por dizer muito pouco, é que diga tudo. Ou seja, a omissão de temas como política comercial, política industrial, política agrícola, de crédito, de emprego ou qualquer outro tema dito setorial talvez seja a confissão da crença na inutilidade dessas políticas ou da incapacidade de o país adotar tais instrumentos – ponderou.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) registrou que há uns cinco anos o Brasil ocupava a terceira posição no mundo como gerador de superávits comerciais, vindo atrás apenas do Japão e da Alemanha.

Como o serviço da dívida externa então era menor e "não tínhamos tanta desnacionalização", pois esta, posteriormente, provocou aumento nos pagamentos de dividendos, as transações correntes externas também eram favoráveis, explicou.

Sérgio Machado (PSDB-CE), por sua vez, concordou que é crucial definir uma agenda de desenvolvimento, já que "todo o sacrifício e o ajuste fiscal têm só uma razão de ser, que é a de prepararmos para crescer".



Paulo Hartung cobra do governo a definição de uma estratégia de desenvolvimento

Casildo Maldaner condena excessos liberais do governo

Falta de proteção à indústria expõe país à concorrência desigual com as grandes potências e eleva desemprego, alerta senador

Preocupado com a quebra da indústria brasileira e os seus efeitos sobre o desemprego, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem aos formuladores da política econômica do governo que reconsiderem esse modelo e que ajam com "mais senso prático". Para ele, a equipe econômica é excessivamente apegada à pregação liberal das potências capitalistas e não protege o mercado interno.

– No momento em que caminhamos para um regime de realidade cambial, faz-se necessário reconsiderar nossa política comercial e repensar particularmente essa abertura desbragada, que só trouxe prejuízos aos empresários e desemprego aos trabalhadores. Os produtores brasileiros não podem, neste momento, perder a oportunidade de recuperar algumas posições nos mercados interno e externo – afirmou ele.

Maldaner reconheceu que, antes da abertura econômica, algumas indústrias brasileiras funcionavam num grau muito elevado de ineficiência, e



A abertura indiscriminada das importações é, para Maldaner, um dos aspectos "sinistros do remédio liberal"

que era necessário expor esses setores à competição. "O problema é que essa posologia sinistra do remédio liberal não termina por matar somente as empresas atrasadas, identificadas como incapazes de se adaptar à competição com os produtos importados", disse.

Conforme o senador, empresas-

modelo, como a Metal Leve, outrora grande exportadora, cujas peças de alumínio equipavam os motores de automóveis fabricados na Alemanha, Japão e Estados Unidos, foram deslocadas no mercado pela invasão de importados subsidiados em seus países de origem. Em consequência disso, afirmou o parlamentar, mais trabalhadores ficam desempregados.

No entender de Casildo Maldaner, grande parte dos empregos perdidos no Brasil se deve "ao escancaramento de nosso mercado às importações". Enquanto

isso, lembrou, as grandes potências seguem mantendo barreiras alfandegárias contra produtos brasileiros, como é exemplo o suco de laranja exportado para os Estados Unidos, que enfrenta o protecionismo favorável aos produtores da Flórida e da Califórnia. "Pode-se chamar isso de política comercial?", questionou.

José Alencar propõe saída para impasse entre União e governo de Minas Gerais

O senador José Alencar (PMDB-MG) apresentou projeto de resolução para romper o atual impasse financeiro entre os governos federal e de Minas Gerais. O projeto convalida os débitos do governo estadual para com o federal, previstos até o dia 6 de abril passado, mas estabelece novas bases para o Programa de Reestruturação da Dívida de Minas, em especial juros de 6% ao ano e comprometimento de 5% da arrecadação líquida para esses pagamentos.

Segundo Alencar, a suspensão temporária do pagamento das dívidas mineiras não representou uma opção do governador Itamar Franco, mas uma imposição diante das condições financeiras do estado. "Honrar os compromissos junto à União, fornecedores e credores externos implicaria desassistir o povo mineiro em suas necessidades básicas, podendo desencadear grave crise", disse.

O projeto, ao aceitar a atual si-

tuação de débitos e créditos, visa a legitimar todas as iniciativas até aqui adotadas, tanto no contrato de refinanciamento da dívida de Minas quanto no programa de saneamento de instituições financeiras mineiras – com vistas a sua posterior privatização – para possibilitar uma ampla renegociação das cláusulas dos dois programas. A proposta apresentada por José Alencar prevê prazo de 30 dias para a pactuação de novos termos.

Ele argumenta que as modifica-

ções do quadro macroeconômico do país justificam a renegociação dos compromissos assumidos por Minas para federalizar sua dívida. "Não pode o Senado, que tem a responsabilidade constitucional de dispor sobre o endividamento dos estados, deixar de oferecer uma alternativa ao atual impasse. Uma nova pactuação, em moldes passíveis de serem aprovados pelas duas partes, possibilitará a retomada dos pagamentos, sem percalços", afirmou.



Alencar sugere novas bases para a renegociação da dívida estadual mineira

Autorizado crédito para o Programa Interlegis

Empréstimo de US\$ 25 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, aprovado pelo plenário do Senado, vai financiar rede de comunicação que ligará em tempo real todas as casas legislativas

O plenário aprovou ontem projeto de resolução que autoriza operação de crédito do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 25 milhões, para financiar parcialmente o Programa Interlegis – Rede de Integração Legislativa, executado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen). A matéria, que recebeu voto contrário do senador Lauro Campos (PT-DF), vai à promulgação.

A Interlegis é uma comunidade virtual do Poder Legislativo que consiste numa rede de informação entre os parlamentares de todo o país e irá permitir a comunicação, em tempo real, via Internet, de todas as casas legislativas dos estados, municípios e do Distrito Federal.

De acordo com o Prodasen, esse é o primeiro projeto de modernização do Le-

Comunidade Virtual do Legislativo

A Interlegis é uma rede que vai permitir a comunicação em tempo real, via Internet, das casas legislativas dos estados, municípios e Distrito Federal.

Nos três primeiros anos, o programa prevê a instalação de 30 salas com infra-estrutura para videoconferências nas assembleias legislativas, chamadas salas Interlegis, e o atendimento a 2.500 municípios com estações de trabalho (no mínimo um microcomputador, impressora, placa de vídeo e antena parabólica).

O custo total do programa é de US\$ 50 milhões, sendo US\$ 25 milhões financiados pelo BID e os restantes US\$ 25 milhões aportados pelo Prodasen.

gislativo financiado pelo BID, cujos recursos para o empréstimo sairão da rubrica específica da instituição destinada à modernização do Estado.

Nos três primeiros anos de funciona-

mento, o programa prevê a instalação de 30 salas com infra-estrutura para videoconferências nas assembleias legislativas, chamadas salas Interlegis, e o atendimento a 2.500 municípios com estações de

trabalho (composição mínima de microcomputador, impressora, placa de vídeo e antena parabólica). O projeto foi elogiado pelos senadores, que destacaram o fortalecimento da democracia, a partir dos avanços tecnológicos, rapidez e volume de informações.

A adesão à Interlegis pode ser feita por pedido formal de cadastramento da casa legislativa e de seus parlamentares junto ao Prodasen. O cadastramento é voluntário e poderá ser feito também no endereço www.interlegis.gov.br; pela Internet, bem como por disquete ou por formulário, pelo telefone (061-311-3932). Ao cadastrar-se, cada casa legislativa terá uma *home page* própria e os parlamentares inscritos terão sua página e um endereço de correio eletrônico.

O custo total do programa é de US\$ 50 milhões, sendo US\$ 25 milhões financiados pelo BID, a partir de empréstimo junto à União, e os restantes US\$ 25 milhões aportados pelo Prodasen, como contrapartida nacional, via Orçamento Geral da União, de acordo com parecer do Tesouro Nacional apresentado aos senadores.

Aprovado convênio sobre radioamador

Os senadores aprovaram ontem projeto de decreto legislativo que ratifica o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador, assinado em julho de 1995, em Washington. O relator da matéria, senador Moreira Mendes (PFL-RO), disse que o projeto trata das autorizações para a instalação de estação de radioamador.

– Este documento da Organização dos Estados Americanos (OEA) substitui a Convenção de Lima ou Convenção Interamericana sobre o Serviço de Radioamador, mas não alterará nem afetará quaisquer acordos unilaterais ou bilaterais vigentes no tocante à operação temporária do serviço nos estados membros da Comunicação Interamericana de Telecomunicações (Citel). Sua motivação principal é proporcionar benefícios às atividades de radioamadorismo – afirmou.

O projeto prevê que quaisquer modificações ou revisões desse convênio deverão ser submetidas à apreciação do Congresso, bem como ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

De acordo com a convenção aprovada, cada Estado participante poderá permitir operação temporária de estações de radioamador por portadores do certificado de Permissão Internacional de Radioamador (Iarp). Os Estados deverão reconhecer a Iarp (sigla em inglês), expedida conforme as normas da convenção, e não poderão cobrar taxas pela sua emissão. No convênio, também estão estabelecidas normas e definições sobre a concessão da Iarp, o trabalho dos radioamadores, validade dos contratos e funcionamento do sistema.



Moreira Mendes afirma que o convênio beneficia as atividades de radioamadorismo

Senadores apontam estímulo ao desenvolvimento político

O primeiro parecer favorável à operação de crédito do Brasil com o BID para financiar parcialmente o Programa Interlegis foi dado pelo primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Ele afirmou que a Rede Interlegis surge como “possibilidade concreta num momento histórico em que, tecnologicamente, torna-se disponível ao país uma rede de comunicação de dados – a Internet – a custos quase inexistentes”.

O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que o programa vai proporcionar o acompanhamento do processo legislativo pela sociedade, “o que será de grande valia para o desenvolvimento político do país”.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que a Interlegis faz parte da modernização de todo o Poder Legislativo. Observou que a trajetória do Senado é um exemplo de como os parlamentos, ao longo dos últimos 11 anos, incorporaram em seus trabalhos os avanços tecnológicos e a qualidade dos serviços oferecidos por assessorias e meios de comunicação. Ele citou os serviços da Secretaria de Comunicação Social do Senado, que por meio da TV, Rádio, *Jornal* e Agência Senado divulgam todas as atividades da Casa “sem intermediários”, e acrescentou que os produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca e a Gráfica do Senado são de “extrema seriedade”.

– Hoje o Senado é um grande centro produtor de pensamento e tem um centro de informações, o Proda-

sen, que é um dos mais capazes do país – destacou.

Luiz Otávio (PPB-PA) disse que a Interlegis também vai proporcionar melhorias na qualidade de vida de comunidades mais distantes, que vivem no interior do país, na medida em que aumentará o nível de informação entre as casas legislativas de estados e municípios. Álvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que em cinco anos o programa será pago, e que por esse motivo, além dos ganhos que proporcionará à sociedade, justifica-se sua aprovação. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) informou que o projeto está classificado no que se costuma chamar de áreas pedagógicas do BID, para as quais a instituição segue critérios rígidos na concessão de empréstimos.

De acordo com o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), cada parcela do empréstimo só será liberada a partir de várias etapas de execução do programa. Para Luiz Estevão (PMDB-DF), a Interlegis dará maior excelência de serviços às casas legislativas, a exemplo da qualidade das assessorias e dos serviços prestados pelo Senado. Os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Romeu Tuma (PFL-SP) e o líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), também elogiaram o projeto.

Ao justificar seu voto contrário, Lauro Campos alertou para o aumento do endividamento externo do país, cujo total está em mais de US\$ 300 bilhões. Ele questionou a prioridade na alocação de recursos no Brasil e em outros países, que muitas vezes se desviam para atividades bélicas, espaciais e mesmo para avanços na área de telecomunicações.



Regina Célia Borges fez palestra no seminário “Visão Geral do Senado Federal”

Diretora do Prodasen prevê mais transparência

A diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Célia Peres Borges, destacou a implantação do Programa Interlegis (Rede de Integração Legislativa), em sua palestra no seminário “Visão Geral do Senado Federal”, uma promoção do Instituto Legislativo Brasileiro. Ela apontou a transparência como um dos principais benefícios que a Interlegis trará.

A Interlegis é uma rede de comunicação e informação para os parlamentares brasileiros, nas esferas federal, estadual e municipal. Esta rede permitirá a formação de uma comunidade virtual do Poder Legislativo utilizando a Internet como tecnologia de suporte. A Interlegis terá dois níveis de acesso: um restrito aos parlamentares e órgãos do Legislativo e outro aberto à sociedade em geral, que permitirá ao eleitor acompanhar a atuação do parlamentar em quem votou.

Ontem, o Senado aprovou projeto de resolução que autoriza o empréstimo de US\$ 25 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID) para financiar metade da implantação do Programa Interlegis. Os recursos restantes serão custeados pela União. O dinheiro será utilizado na montagem de salas em cada uma das assembleias legislativas do Brasil, dotadas de microcomputadores, placas de vídeo, impressoras, antenas parabólicas e câmeras de TV e com estrutura até para videoconferências.

O segundo palestrante do dia, o professor Antonio Telles de Vansconcellos, falou sobre atendimento ao público e ética profissional. Ele detalhou noções de comportamento profissional e destacou a importância da informação nas relações interpessoais. O professor também alertou aos participantes do seminário (servidores que acabam de ingressar na Casa) que o Senado espera do seu corpo funcional competência, produção e satisfação. No último dia do evento, hoje, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, fará palestra às 14h30 sobre o tema Plenário, Comissões e Secretaria-Geral da Mesa: Estrutura, Finalidade e Funcionamento.

Álvaro quer punir quem romper equilíbrio fiscal

Governantes que gastarem além da arrecadação sofrerão sanções severas, inclusive *impeachment*, propõe projeto do senador

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem projeto de lei complementar criando punições severas para administradores públicos federais, estaduais e municipais que tomarem medidas comprometendo o equilíbrio das contas públicas. As sanções incluem processo por crime de responsabilidade, multas vultosas e até afastamento do poder, por meio de *impeachment*.

Em sua justificativa, Álvaro Dias argumenta que, após o Plano Real, evidenciou-se uma situação em que as finanças públicas passaram a depender da qualidade da gestão dos administradores. "A legislação atual tem-se mostrado insuficiente para impedir o aumento do endividamento público. Portanto, o objetivo da presente lei é garantir que não sejam os orçamentos públicos utilizados no sentido de mascarar desequilíbrios fiscais que acabarão comprometendo



Álvaro Dias acha que legislação atual tem-se mostrado insuficiente

gerações futuras."

Segundo o projeto, os créditos suplementares abertos por excesso de arrecadação deverão ser comprovados financeiramente, antes de serem empenhados pelo Poder Executivo. "A violação desse dispositivo implicará crime de responsabilidade por parte do responsável pela gestão da Fazenda Pública."

No caso de déficit no balanço orçamentário da União, estados e municípios, depois de enviado o relatório ao Tribunal de Contas o Poder Executivo ficará obrigado a remeter ao Legislativo um relatório das medidas de ajuste fiscal. "Somente após a análise da eficácia destas é que o orçamento poderá ser desbloqueado. Se o ajuste não for cumprido, o Legislativo deverá iniciar processo para afastamento do chefe do Executivo de qualquer das três esferas de poder", prevê o projeto de lei complementar.

Pedro Parente não vê razões para que aprovação da lei de responsabilidade fiscal demore no Congresso



Parente e ACM discutem projeto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, em sua primeira visita depois de assumir o cargo, e foi informado sobre o andamento do projeto de lei de responsabilidade fiscal, que o governo pretende apresentar à Câmara na próxima semana.

Acompanhado pelo secretário-executivo Martus Tavares, o ministro ressaltou o papel "determinante" desempenhado pelo Congresso Nacional no processo de ajuste fis-

cal e discussão do Orçamento:

– É importante manter este bom relacionamento. O trabalho conjunto é de interesse tanto do Executivo quanto do Legislativo – afirmou.

Parente esclareceu que sua assessoria deve finalizar os estudos sobre a lei de responsabilidade fiscal ainda hoje, com o objetivo de apresentar o projeto à Câmara dos Deputados no início da próxima semana. Ele assegurou a Antonio Carlos que, enquanto o projeto tramitar naquela Casa, a equipe do ministério ficará à disposição dos

senadores para esclarecimentos e discussões técnicas. O ministro não acredita que a lei enfrente dificuldades no Congresso:

– Não vejo nenhuma razão para que o projeto encontre resistências, porque não é ideológico, é objetivo e servirá a todos os partidos. Com sua aprovação, será possível gerir melhor o dinheiro do contribuinte, dando maior transparência a sua aplicação, permitindo que a sociedade tenha conhecimento de como os recursos públicos são empregados – resumiu Parente.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Senado aprova tratado com a Hungria

Acordo firmado entre o Brasil e a Hungria, em 1997, sobre serviços aéreos, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. O acordo tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da aviação internacional e o aprimoramento dos serviços aéreos, de acordo com o texto que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

O relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou, em seu parecer, que o acordo com a

Hungria estabelece uma série de procedimentos técnicos, rotas específicas, tarifas, comissões pagas e frete, dentre outras. Sobre proteção da segurança em aviação civil, o acordo estabelece regras, levando em conta as normas de direito internacional, que envolvem a segurança nos vôos e ajudas mútuas necessárias para prevenir ilícitos penais.

Ao tratar de direitos alfandegários, o convênio, segundo Romeu



Romeu Tuma foi o relator do acordo na Comissão de Relações Exteriores

Tuma, alcança vários itens, como combustíveis, lubrificantes, peças sobressalentes, produtos alimentícios e bebidas.

Mauro elogia encontro municipalista em Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) parabenizou os organizadores e participantes do 1º Seminário de Desenvolvimento Municipal, realizado em março, em Goiânia (GO). Mauro destacou a relevância e a atualidade dos temas debatidos e disse que o sucesso do encontro demonstra a vitalidade e o dinamismo da administração pública municipal no estado de Goiás.

Uma das questões importantes no encontro, segundo o senador, foi a relacionada à reestruturação e ajuste fiscal dos municípios. Mauro afirmou que se tornou matéria urgente, para eles, contar com programas sistemáticos de modernização da administração municipal, especialmente nas áreas tributária e financeira:

– E isso é pré-condição para uma melhor qualidade do gasto público, maior autonomia, com uso de receitas próprias e um



Mauro: município eficaz e saneado é base sólida e confiável da vida nacional

atendimento mais eficaz das funções sociais da prefeitura.

Mauro disse que é no município que se dá a interação democrática entre desejos da comunidade e a iniciativa, dinamismo e transparência do legítimo poder político a serviço do povo: "O município, quando atinge eficácia administrativa e saúde fiscal, forma a base sólida e confiável da vida nacional".

Decreto sobre Indonésia tem votação adiada

Na mesma sessão plenária, os senadores decidiram apoiar requerimento de Emilia Fernandes (PDT-RS), que adiou para 30 de maio a votação do projeto de decreto legislativo que trata do acordo comercial entre Brasil e Indonésia, estabelecido em setembro de 1996. Embora tenha dado parecer favorável à matéria na Comissão de Relações Exteriores, Emilia disse que houve fatos novos alterando a situação diplomática entre os dois pa-

íses, particularmente os recentes massacres ocorridos em Timor Leste, sob domínio da Indonésia:

– Nosso parecer pressupõe o bom andamento no processo de paz na região de Timor Leste. Esse ataque representa uma reversão de expectativas, por isso acho que esse é o pior momento para o Senado votar esse acordo – explicou a senadora.

Hugo Napoleão (PFL-PI) aprovou o adiamento, mas observou que

o retardamento na aprovação da matéria não deve significar uma sanção contra a Indonésia, pois trata-se de um acordo bilateral de relações comerciais.

De acordo com o parecer da senadora, aprovado na comissão, o acordo traz benefícios recíprocos para o comércio dos dois países, estabelecendo normas gerais de tratamento para o desenvolvimento econômico no âmbito do Mercosul e do mercado asiático.

Jonas teme danos com importação de algodão

Senador lembra que setor somente agora começa a se recuperar, atingindo 743 mil hectares de área plantada, metade do total existente em 1992. Indústria precisará comprar 350 mil toneladas de produtores estrangeiros



Amorim diz que setor madeireiro, "visto como vilão ambiental", tem grande capacidade de gerar empregos, impostos e renda

Amorim contesta decisão do Ibama sobre madeireiras

O senador Ernanides Amorim (PPB-RO) lamentou a ação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que em seu Memorando nº 10/99 suspendeu as autorizações de transporte de produto florestal (ATPFs), prejudicando o setor madeireiro do estado de Rondônia:

– Ao agir assim, o Ibama fechou literalmente a porta de entrada e saída de matéria-prima para a indústria moveleira do meu estado, pois a ATPF nada mais é do que uma declaração que permite o transporte da madeira bruta até a fábrica, onde será beneficiada – disse o senador.

Amorim registrou sua preocupação com a grave situação criada pelo "nefasto" memorando do Ibama. Para ele, é mais um capítulo da história em que o setor madeireiro é

visto como vilão do meio ambiente, "e a ele são impostas sanções que ignoram totalmente a sua capacidade geradora de emprego, renda e impostos", completou.

O que falta, segundo o senador, é uma política florestal que contemple ao mesmo tempo a preservação do meio ambiente e a manutenção da atividade madeireira. Para Amorim, os empresários têm plena consciência da necessidade de preservação e não desejam de forma alguma ver a Amazônia abalada por desastres ecológicos.

O senador informa que proposta com o título "Política de Sustentabilidade das Madeiras para Serraria e Laminação", elaborada pela Federação das Indústrias de Mato Grosso, já foi apresentada aos órgãos competentes e entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Patrocínio quer evitar manobras de sonegador

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei revogando o *caput* do artigo 83 da Lei nº 9.430, que trata de crimes de sonegação fiscal. Esse dispositivo estabelece que, nesses crimes, a Receita Federal (ou fisco estadual) somente encaminhará ao Ministério Público representação fiscal para fins penais, contendo as informações e documentos necessários à formulação de ação penal, depois de proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito correspondente.

Ao justificar a proposição, o senador afirma que normalmente a decisão final no processo administrativo demora anos para ser proferida:



Patrocínio acha que processos demoram muito para punir quem não paga os impostos

– Mesmo vencido em todas as instâncias administrativas, terá sempre o contribuinte a possibilidade de recorrer à Justiça, em face do princípio constitucional da inafastabilidade do acesso ao Judiciário. São mais três ou quatro instâncias. Como se vê, ele pode sempre protelar a discussão do débito e inviabilizar completamente o processo criminal, pois fatalmente ocorrerá a prescrição, seja tornando insubsistente a pena que venha a ser eventualmente aplicada, seja até mesmo impedindo o início do processo – observa o senador.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) registrou ontem a preocupação do setor produtor de algodão com a importação, pela indústria têxtil, de 350 mil toneladas de algodão em pluma, justamente quando a safra volta a crescer e o setor começa a se recuperar. "É preciso cuidado nessa importação para não haver nova derrocada no plantio de algodão", alertou o senador. Jonas Pinheiro também anunciou a realização de um encontro de produtores em Brasília.

Segundo o senador, o setor cotonicultor tinha 1,4 milhão de hectares plantados em 1992, que caíram para cerca de 500 mil hectares e chegaram nesta safra a 743 mil hectares. Embora o setor produza 450 mil toneladas de algodão em pluma este ano, continuou Jonas Pinheiro, a safra não será suficiente para abastecer as indús-



Jonas acha que a importação deve ocorrer desde que se proteja o algodão nacional

trias têxteis brasileiras, sendo necessária a importação de mais 350 mil toneladas.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) destacou a relevância da cotonicultura para a economia brasileira e lembrou que o Brasil já foi grande exportador de algodão no passado, chegando a ter de 100 mil a 200 mil

toneladas de produção excedente. "As indústrias têxteis gostariam de voltar ao tempo em que a produção conseguia abastecer o mercado interno", afirmou o senador. Alencar criticou os "equivocos" da política aduaneira, que levaram o setor à situação atual, e apelou para uma vigilância maior dos interesses nacionais.

Jonas observou ainda que o setor não contou com suficiente financiamento agrícola, sendo obrigado a plantar algodão com crédito das empresas que compram o algodão dos produtores. De acordo com o senador, o custo de plantio do algodão é de R\$ 30 por arroba, enquanto a indústria paga o preço único de R\$ 25,50 por arroba. Jonas defendeu a importação com proteção do algodão nacional e destacou o aspecto social da cotonicultura, que gera um emprego por hectare plantado.

Comissão pede proteção para agricultores no PR

Os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL), vários deputados, bispos do Paraná e representantes do Movimento dos Sem-Terra e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag) estiveram ontem em audiência com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, e o secretário de Política Fundiária, Raul Jungmann, para pedir proteção para agricultores contra "violências dramáticas, inclusive um assassinato" ocorrido no Paraná. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), vítima de uma conjuntivite, não pôde comparecer ao encontro mas fez questão de manifestar sua solidariedade em plenário.

O senador também disse que encaminhou ofício ao ministro da Justiça solicitando informações sobre que providências foram tomadas em relação ao dossiê entregue ao ministério em agosto de 1997, relatando ameaças de morte contra famílias de pequenos agricultores de Correntina (BA), expulsos de suas terras por grileiros.

No documento, Suplicy afirma que "pessoas físicas e jurídicas, respaldadas em falsas escrituras, estão comprando e vendendo grandes áreas no município. Um grupo, formado por membros da família Alves de Souza e amparado por um deputado federal da região, vem invadindo



Suplicy também cobrou explicações sobre grilagem de terras no interior da Bahia

as propriedades e atemorizando seus proprietários".

Em outro registro, Suplicy destacou a importância das audiências públicas realizadas na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura na semana passada sobre o blecaute de março. Ele solicitou a transcrição integral, nos Anais da Casa, das palestras proferidas pelo professor Luiz Pinguelli Rosa e por Joaquim Francisco de Carvalho.

O senador salientou o fato de que o blecaute não resultou da ocorrência de um raio. Suplicy também ressaltou a necessidade de "devolver à Eletrobrás a operação interligada do sistema nacional de energia elétrica e de rever a proposta de cisão de Furnas, coração do sistema de fornecimento de energia para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul".

Juvêncio critica a MP sobre terras rurais

A medida provisória que trata da titulação de terras em faixa de fronteira, além de exigir muita burocracia, discrimina os proprietários dessas áreas, segundo afirmou o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) à TV Senado. Por falta de uma legislação específica, essas terras foram ocupadas aleatoriamente ao longo dos anos, desde o período do Império.

O senador diz que o governo deveria editar outra MP, validando todos os títulos de terra concedidos até agora na faixa de fronteira. "A MP não está considerando o fato social, ou seja, não reconhece o pioneirismo, a ocupação que contribuiu para a segurança da fronteira."



Juvêncio: MP não reconhece pioneirismo que contribui para segurança na fronteira

Heloísa Helena vê novas formas de holocausto

No dia em que se celebra o Dia em Memória do Holocausto, que vitimou milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) alertou ontem para as novas formas de holocausto que continuam a ser praticadas, inclusive no Brasil.

— É sempre muito doloroso aceitar toda aquela barbárie como decorência de uma ideologia racista, anti-semita que

mobilizou não apenas a minoria de fanáticos, mas uma sociedade de um Estado moderno para cometer um extermínio de massa, de forma rotineira e sistemática — afirmou Heloísa.

A senadora observou que, enquanto se chora pelos judeus vítimas do nazismo, constata-se que aqueles “perversos eventos” não são remotos, pois o extermínio, o racismo e o genocídio continuam acontecendo. Heloísa citou a fome, o desemprego, a falta de atendimento hospitalar, a perpetuação da seca como exemplos recentes do massacre



Heloísa considera “igualmente sórdido” acordo com o FMI

que acontece no Brasil.

Heloísa lembrou os “burocratas frios, matreiros e mesquinhos” que exerciam suas tarefas com zelo para ascender socialmente e estar bem com o poder, e quando levados aos tribunais afirmavam não ter matado os judeus com suas próprias mãos.

— Mas era com suas mãos que assinavam papéis e ordens que possibilitavam o extermínio — disse.

Ao fazer uma comparação entre o passado e o presente, a senadora observou que o genocídio não é mais decidido em uma conferência.

— Hoje existem métodos, mecanismos mais sutis, mas igualmente sórdidos, através de contratos ou de acordos como esse que o país assinou com o Fundo Monetário Internacional, que garantem o extermínio burocrático no Brasil e em tantas partes do mundo — afirmou a senadora.

Mauro Miranda sugere mobilização nacional pela paz

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sustentou que é hora de se encontrarem meios de combater a violência no país. Ele lamentou o seqüestro de Wellington Camargo, irmão dos cantores Zezé di Camargo e Luciano, dizendo que se deve tirar algo positivo dessa tragédia, como a idéia lançada pela dupla de uma grande mobilização nacional pela paz.

— Antes de mais nada, é preciso que os meios de comunicação liderem essa campanha, em articulação com a Presidência da República e os ministérios da Justiça e das Comunicações.

Na opinião de Mauro Miranda, a sociedade tem que

se unir e demonstrar que não vai cruzar os braços.

— Seja denunciando os criminosos, seja pressionando os legisladores, seja exigindo medidas concretas nos três níveis do Executivo — o federal, o estadual e o municipal — declarou.



Mauro Miranda defendeu campanha de desarmamento

Citando o Rio de Janeiro, o senador falou das propostas “claras e objetivas” do governador Anthony Garotinho como exemplo de iniciativa para conter a violência. Segundo Mauro Miranda, com o projeto de desarmamento desse estado, sob o slogan “Rio, abaixe esta arma”, o governador está assumindo a dianteira de um movimento que pode ganhar dimensões nacionais. O projeto de Garotinho, entende o senador, precisa ser apoiado para que se forme “uma cultura de que não há projetos impossíveis”.

Para Mauro, o Congresso terá de identificar “espaços de criatividade, de vontade política e de engenharia legislativa”, criando

soluções legais mais práticas e efetivas para impedir a proliferação do crime. O senador destacou que nas duas Casas do Congresso há juristas capazes de aperfeiçoar os códigos e a Constituição, criando essas soluções e modernizando as leis.

Cândido defende cirurgia gratuita para reconstituir seios

Apenas as clínicas particulares, lembra o senador, promovem hoje operações desse gênero em mulheres atingidas pelo câncer de mama

Ao traçar um perfil do câncer e o seu impacto no conjunto da estrutura da saúde pública brasileira, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fez ontem um apelo aos senadores para que aprove com urgência o projeto de lei da Câmara dos Deputados, em tramitação no Senado Federal, que garante às mulheres vítimas de câncer de mama o direito a cirurgia gratuita para reconstituição de seio, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). “Hoje, quem quiser fazer essa cirurgia tem que procurar clínicas particulares porque o sistema de saúde público só permite retirar a mama, mas não reconstitui o seio”, explicou o senador.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) observou que este tipo de cirurgia pode ser realizado pelo menos em uma instituição pública, que é o Instituto Nacional do Câncer. Segundo o senador, essa instituição conta com um serviço especializado na reconstituição estética de seios extirpados em decorrência do

câncer de mama, que pode inclusive servir de modelo para outros hospitais da rede pública.

O senador Tião Viana (PT-AC) cobrou uma presença maior do Poder Executivo nos debates em torno da saúde pública realizados no Senado e lembrou que o câncer de mama e o de colo de útero já são doenças endêmicas em algumas regiões do país. Segundo o senador, na Região Norte, nem 10% das mulheres se submetem ao exame preventivo de colo de útero, que pode identificar a doença e propiciar o início de um tratamento.

Geraldo Cândido também defendeu mais e melhores campanhas de esclarecimento sobre o câncer e como se prevenir. O senador considera um absurdo o fato de que, no Brasil, em cada dez diagnósticos, sete são feitos quando o câncer está em estágio avan-



Geraldo Cândido pediu a aprovação pelos senadores de projeto de lei enviado pela Câmara

çado. Para Cândido, é preciso vencer duas barreiras: a desinformação da população quanto à prevenção e a deficiência crônica da infraestrutura indispensável para os exames, tratamento e cura.

Campina Grande é a cidade que mais cresce no Nordeste, registra Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) destacou ontem matéria publicada no jornal *O Norte*, da Paraíba, no último domingo, divulgando dados segundo os quais “Campina Grande é a cidade que mais cresce no Nordeste”. Tomando por base levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a reportagem citada constatou que os índices de crescimento daquela cidade paraibana “superam, inclusive, a média de crescimento nacional”, disse ele.

Ronaldo Cunha Lima entende que existem razões objetivas para o desempenho destacado daquela cidade, cujo prefeito é seu filho Cássio Cunha Lima. Ele citou a existência de uma rede de serviços e de infra-estrutura onde, de acordo com *O Norte*, 100% das residências, inclusive na zona rural, recebem energia elétrica; 85% das famílias são servidas por esgotos; 91% dos domicílios possuem ligações de água e 94,7% da população concentram-se na zona urbana.

A matéria, disse o senador, também se refere ao crescimento econômico



Ronaldo Cunha Lima lembrou contribuição do sistema educacional de qualidade

de Campina Grande, para o qual, segundo ele, em muito contribui a qualidade do seu sistema educacional. Conforme a reportagem, os dados de 1996 dão conta de que Campina Grande dispõe de 550 escolas, com 120 mil alunos matriculados, para uma população de 340 mil habitantes. A estrutura universitária da cidade inclui duas universidades, com 13.500 alunos. São 1.527 professores universitários, sendo 42% mestres e 20% doutores.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) concordou com as informações da reportagem e solidarizou-se com Ronaldo Cunha Lima. Na condição de proprietário de uma importante indústria têxtil instalada em Campina Grande, José Alencar se disse satisfeito pelos resultados conseguidos, o que também atribuiu “ao bom índice de escolaridade da região”. Para expressar sua satisfação, José Alencar afirmou que se considera o quarto senador daquela cidade, já que os três senadores paraibanos nasceram lá.

Ronaldo Cunha Lima ressaltou que José Alencar investiu US\$ 250 milhões “no maior complexo industrial do Nordeste”, dando mostras de confiança nos campinenses, além de ter “contribuído para evitar a falta de emprego, que leva pais de família ao desespero e os jovens a viverem sem esperança”.

— Fomos também os primeiros a fazer o carnaval fora de época, o “Carnacam”, e nosso São João é tido como o melhor do Nordeste — disse Ronaldo Cunha Lima.

Comissão de Infra-Estrutura vai monitorar privatizações

Emilia Fernandes diz que esse acompanhamento será feito para evitar prejuízos à população e ao próprio Estado em razão da venda de estatais

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) acompanhará de perto as privatizações no setor elétrico. O anúncio foi feito pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente da comissão. Ela garantiu que a CI não atuará apenas na expectativa de projetos, mas será "um espaço permanente para discussão das grandes questões de interesse da sociedade".

Emilia considerou proveitosa a audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, realizada na última terça-feira em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle, e que contou também com a participação de representantes de empresas do setor e dos consumidores.

– Os dados técnicos apresentados demonstraram a fragilidade do sistema energético. Ficou claro que há necessidade de maiores investimentos. A prática do governo tem sido desmantelar as empresas para depois privatizá-las, inclusive usando dinheiro pú-



Emilia quer fazer da CI, que ela preside, um espaço para permanente debate das "grandes questões"

blico. Estaremos atentos para os reflexos das políticas do governo na vida das pessoas – disse a senadora.

No que se refere aos serviços de infra-estrutura, ela acrescentou que há consenso na comissão com relação à necessidade de manter as discussões sobre a privatização da Eletronorte e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), responsáveis pela geração de energia nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo Emilia Fernandes, essa disposição dos membros da comissão surtiu efeitos dentro do

governo.

– A partir da decisão de discutir as cisões da Chesf e da Eletronorte, o governo teve sensibilização para captar a preocupação dos parlamentares dessas regiões e suspendeu o processo – afirmou a senadora gaúcha.

Emilia informou ainda que na pauta de audiências públicas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura está prevista a presença do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para avaliar as privatizações do setor, além de debates sobre petróleo e o imposto verde.

Programa levou eletricidade a 9 mil propriedades no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que a implantação do Programa de Eletrificação Rural do Tocantins (Pertins), pelo governo do estado, está beneficiando mais de 9 mil propriedades rurais produtivas em vários municípios do estado. Ele acrescentou que levar energia elétrica para o campo é condição fundamental para melhorar a qualidade de vida da população local, por meio da modernização da agropecuária e do aumento e barateamento da produção.

Na opinião do senador, a eletrificação rural de localidades em todas as regiões do estado proporcionará uma maior fixação do homem do campo em seu ambiente, evitando as migrações para as concentrações urbanas, com seus "danosos efeitos sociais". Ele revelou que, devido à desvalorização do real frente ao dólar, o número de propriedades rurais beneficiadas poderá aumentar para 12 mil.

– Os preços oferecidos pelas empresas participantes da licitação internacional para aquisição dos equipamentos de eletrificação deverão ficar abaixo do valor orçado anteriormente. Isso porque foram apresentados em real, e como a validade das propostas é de 90 dias é possível fazer a aquisição sem correção do valor monetário – explicou.



Eduardo Siqueira Campos diz que programa valoriza produtor e evita migração para a cidade

A instituição do Pertins, segundo o senador, foi viabilizada através de um empréstimo obtido junto ao Eximbank do Japão, no valor de US\$ 68,7 milhões, com uma contrapartida de US\$ 31,3 milhões do governo do estado. Eduardo Siqueira Campos informou que são 677 km de linhas de subtransmissão, 18 mil km de linhas de distribuição e nove mil unidades de transformadores.

ZOONOSSES

Eduardo Siqueira Campos também destacou a inauguração ontem, em Palmas (TO), do Centro de Controle de Zoonoses, que atuará na preservação e no combate às moléstias que atacam animais domésticos e selvagens.

Jucá destaca disposição do governo para negociar

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Romero Jucá (PSDB-RR), comemorou os resultados da reunião realizada na noite de terça-feira com o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e outras autoridades da área. Ele declarou que, além de esclarecer os motivos do blecaute, o encontro definiu que o modelo de privatização da Chesf e da Eletronorte será rediscutido e deverá incorporar propostas dos senadores.

– O ministro mostrou-se sensível diante das críticas que ouviu dos parlamentares sobre o modelo de privatização ora encaminhado e se comprometeu a discutir novamente o assunto na CFC e na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – disse.

Romero Jucá afirmou ainda que os representantes dos empregados da Chesf e da Eletronorte também participaram das reuniões. Segundo ele, a CFC irá discutir e elaborar um calendário de reuniões sobre o assunto, que deverá ser apresentado já na



Romero Jucá elogiou a decisão do governo de suspender a privatização da Chesf e da Eletronorte

próxima semana. A comissão também irá agendar reuniões com os representantes de todas as agências reguladoras, começando com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), para saber como está sendo fiscalizada a atuação das empresas privatizadas na área de infra-estrutura.

Romero Jucá destacou, ainda, que o debate de terça-feira levou à conclusão de que o país corre sério perigo de sofrer novos "apagões", caso não haja maiores

investimentos no setor energético. "Ficou esclarecida a questão do blecaute e da evidente necessidade de que mais recursos sejam aplicados na área", declarou.

Ele também disse que o ministro tranquilizou os consumidores que tiveram prejuízos com o blecaute, quando garantiu que todas as indenizações serão pagas.

A audiência com o ministro Tourinho foi realizada conjuntamente pela CFC e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Senador defende redução dos riscos de acidentes industriais

O Brasil não precisa apenas de uma política industrial, mas também de uma legislação que discipline o gerenciamento dos riscos industriais, afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ao lembrar que pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) situa o país como o campeão mundial de acidentes industriais.

– Estamos à frente da Índia e da ex-União Soviética nesse pouco honroso lugar e, sem embargo dos prejuízos que os acidentes industriais provocam no contexto das próprias empresas, como pagamento de indenizações, dias parados, perda de matéria-prima e equipamentos, poucas são as entidades que adotam medidas preventivas eficientes no sentido de evitar tais infortúnios – disse o senador.

Na opinião de Eduardo Siqueira

Campos, chegou a hora de os ministérios do Trabalho e da Justiça promoverem estudos para encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta destinada a regulamentar o gerenciamento dos riscos industriais.

– O nosso país nem sequer ratificou convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que define as responsabilidades das empresas, trabalhadores e poder público na prevenção e minimização de acidentes, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e Europa – acrescentou.

Com base em matéria do jornal *Gazeta Mercantil*, Eduardo Siqueira Campos disse que a questão dos acidentes industriais concentra-se, fundamentalmente, nos países mais pobres, matando ou mutilando milhares de trabalhadores, com prejuízo de milhões de dólares.